Publicado em 02/09/2022 - 08:58

Imprensa hoje

Veja as manchetes e editoriais dos principais jornais (01/09/2022)

MANCHETES DA CAPA

O Globo

Promessas de candidatos não cabem no Orçamento

Contingente de desempregados é o menor em 6 anos

A cada 3 dias, TSE remove 1 conteúdo de campanha

TSE se reúne com Defesa e avalia novo teste das urnas

'Imagina explicar isso na favela', diz Ciro Gomes em encontro com esmpresários

Cláudio Castro – Governador ironiza Freixo e pretende abrir capital da Cedae

Gabriel Monteiro tem registro de candidatura negado pelo TRE

Médicos defendem uso do canadibiol para tratar insônia

O renascimento do Museu Nacional

O Estado de S. Paulo

Exército se prepara para deixar de fiscalizar armas importadas

Armas com CACs chegam a 1 milhão

Na proposta do Orçamento, Auxílio Brasil de R$ 600 vira R$ 405

Desemprego cai e, depois de dois anos, renda média tem crescimento real

TSE cede aos militares e vai fazer teste de urna na seção de votação

O que deve mudar para que a Justiça se torne mais eficaz no Brasil

SP planeja colocar 20 mil câmeras com reconhecimento facial nas ruas

Rússia fecha gasoduto e agrava crise na Europa

Folha de S. Paulo

Desemprego recua a 9,1%, e renda volta a subir, diz IBGE

Bolsonaro propõe R$ 405 de auxílio em 2023, e não R$ 600

Caçadores e atiradores já têm 1 milhão de armas

Governo planeja mínimo de R$ 1.302, sem aumento real

Só 2 bolsonaristas visados por Moraes foram investigados

Sites apócrifos contra presidente podem ferir lei

Ciro diz que é 'pesado' explicar planos na favela

Tatuzão volta a operar 7 meses após acidente em SP

Copyright © Clipclap 2026.

Valor Econômico

Orçamento usa PIB inflado e deixa despesas de fora

Castro quer IPO da Cedae e vê erros no Ceperj

Desemprego cai para 9,1%, mas cresce a precarização

Mudança etária favorece ensino, diz Giannetti

Correio Braziliense

Orçamento de 2023 prevê 50 mil vagas em concursos

TSE concorda com teste de integridade

‘A reforma tributária é a mãe de todas as reformas’

Candidatos ao Buriti mostram propostas para setor produtivo

Sessenta professores vão disputar as eleições no DF este ano

Nova queda no desemprego: 9,1%

Covid: DF sem morte há 21 dias

EDITORIAIS

O Globo

Ficou difícil para Bolsonaro explorar ponto fraco de Lula

Denúncia de uso da Abin para blindar filho e transações com dinheiro vivo desgastam discurso contra corrupção

Passadas duas semanas do início da campanha eleitoral, já ficou clara a dificuldade do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, para explicar o inexplicável: a roubalheira na Petrobras durante os anos em que o partido esteve no poder. Na entrevista ao Jornal Nacional na semana passada, para escapar das perguntas disparadas pelos jornalistas, Lula ensaiou piruetas retóricas de cinema. No debate da Band, confrontado pelo presidente em busca de reeleição, Jair Bolsonaro (PL), foi ainda menos convincente, ao repetir a estratégia de ler num papel uma lista de leis e instituições anticorrupção criadas pelo PT — como se isso justificasse os desvios bilionários.

Não é surpresa que Bolsonaro tenha escolhido esse tema para atacar o líder nas pesquisas. Mas essa estratégia esbarra numa limitação óbvia: os eleitores estão cientes dos inúmeros rolos envolvendo o clã Bolsonaro. Para complicar a situação, o noticiário desta semana foi pródigo em novas denúncias contra o presidente e sua família.

De acordo com reportagem do GLOBO, a Polícia Federal (PF) afirmou em relatório que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) interferiu numa investigação envolvendo Jair Renan Bolsonaro, o filho Zero Quatro do presidente.

Um agente da Abin admitiu em depoimento à PF, depois de flagrado numa operação, ter recebido a missão de levantar informações sobre o caso. Jair Renan e seu preparador físico passaram a ser investigados por intermediar, com a ajuda do Palácio do Planalto, uma reunião entre um empresário do Espírito Santo e o então ministro Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional. Em troca, são acusados de ter recebido do empresário um carro elétrico avaliado em R$ 90 mil. Depois da intervenção da Abin, o carro acabou sendo devolvido.

Outra reportagem, publicada pelo portal UOL, mostrou que, desde sua entrada na política no início de 1990, o patrimônio de Bolsonaro e de sua família multiplicou-se de modo incomum. Desde 1999, integrantes do clã — mulher, filhos e irmãos — participaram de 107 transações imobiliárias (eram donos de 12 imóveis valendo R$ 1,9 milhão em valores atualizados; hoje têm 56 valendo R$ 26 milhões). Em quase metade desses negócios foi usado dinheiro em espécie como forma de pagamento, prática cuja justificativa mais comum é a lavagem de dinheiro. “Qual é o problema?”, tentou se defender Bolsonaro.

Copyright © Clipclap 2026.

Desde 2018, Flávio e Carlos Bolsonaro, além de Ana Cristina Siqueira Valle, segunda mulher do presidente e mãe de Jair Renan, são alvos de investigação por suspeita de apropriação de parte do salário de funcionários de gabinetes parlamentares, as famosas “rachadinhas”. Parte das provas foi anulada, mas a apuração segue adiante.

Na atual administração há indícios eloquentes de corrupção à espera de apuração. Pastores são acusados de pedir propina para auxiliar a liberação de recursos no MEC. Obras contratadas com verba do orçamento secreto acabaram, estranhamente, nas mãos de empresários sem experiência no ramo. Não é à toa que Bolsonaro tenha tanta dificuldade para explorar o ponto fraco de seu principal adversário na campanha eleitoral deste ano.

O Estado de S. Paulo

Devagar com o andor

Só será possível avaliar se Alexandre de Moraes extrapolou os limites da lei no caso dos empresários bolsonaristas quando for levantado o sigilo do processo, não só das recentes decisões

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes ordenou a quebra do sigilo bancário e o bloqueio das redes sociais de oito empresários bolsonaristas, suspeitos de articular um movimento golpista, a partir do pedido de um senador que integra a campanha presidencial do petista Lula da Silva, e não da Polícia Federal (PF). Desde que tomou as medidas contra os empresários, há alguns dias, o ministro vem sendo duramente criticado, sob o argumento de que teria extrapolado os limites legais; agora, quando vem à tona a informação de que Alexandre de Moraes foi além do que havia pedido a PF, os bolsonaristas dizem que se trata da prova definitiva de que a intenção do ministro é prejudicar a candidatura à reeleição do presidente.

Em primeiro lugar, nessa revolta contra a decisão do STF, chama a atenção a disparidade de critérios para avaliar os atos da Justiça. Durante anos, o País assistiu a decisões judiciais muito mais arbitrárias e coercitivas no âmbito da Lava Jato, e tudo foi encarado como normal, proporcional e merecedor de aplausos. Pessoas foram presas com base em meras citações de delações – em muitos casos, não havia sequer mensagem de WhatsApp indicando o mínimo envolvimento da pessoa nos fatos investigados –, mas isso não foi visto como um problema. Afinal, como diziam alguns procuradores, o País estava sendo passado a limpo e era preciso que a Justiça atuasse com extremo rigor.

Por diversas vezes, um grampo telefônico parcial, a gravação de uma conversa divulgada fora de contexto ou mesmo uma interpretação sobre o que tal pessoa teria dito foram utilizados não apenas para quebrar os sigilos fiscal e bancário ou para constranger autoridades com vazamentos seletivos, mas como pretexto para apresentar denúncias inteiramente ineptas. No entanto, nada disso suscitou a comoção que agora se vê em relação às medidas contra os oito empresários bolsonaristas. Essa disparidade de tratamento revela uma estranha compreensão do que significa a igualdade de todos perante a lei. É preciso enfatizar que, seja qual for a cor ideológica, políticos, empresários e todos os outros cidadãos têm os mesmos direitos e os mesmos deveres.

Dito isso, não é prudente afirmar categoricamente que o ministro Alexandre de Moraes atuou fora dos limites legais. Não se sabe, por exemplo, que elementos motivaram o ministro a ordenar medidas além das que haviam sido pedidas pela PF. Isso só ficará claro quando o sigilo imposto aos processos em questão for levantado.

Não é suficiente dar publicidade apenas à decisão que gerou a atual controvérsia, como fez o ministro Alexandre de Moraes, como se isso bastasse para demonstrar o amparo legal. É preciso que haja plena publicidade de toda a investigação para avaliar o acerto ou desacerto das medidas e também sobre a competência do Supremo num caso que envolve empresários, isto é, cidadãos que em tese devem ser julgados na primeira instância. Ao manter o sigilo – que pode ser justificado, mas deve ser excepcional –, o Supremo espera que o Brasil lhe dê um voto de confiança, o que muitos parecem pouco dispostos a fazer.

Mais do que avaliações peremptórias – próprias do simplismo das redes sociais –, é preciso reafirmar os princípios fundamentais do devido processo legal. Aqui, repetimos o que estamos dizendo, neste espaço, desde março de 2019, quando foi aberto um inquérito criminal para apurar fake news e ameaças contra o STF: a regra é a publicidade dos atos investigativos e judiciais. É preciso limitar ao máximo os casos de sigilo, preservando-os para as situações estritamente necessárias.

Nos tempos atuais, é necessário recordar o óbvio: respeitando os limites da lei, o Estado tem o dever de investigar indícios de crimes. E, a princípio, tal atividade não representa, em si mesma, nenhuma violação das liberdades e garantias fundamentais. Entre os requisitos da lei que precisam ser respeitados, estão a competência jurisdicional e a função própria do magistrado na fase investigativa. As nulidades produzidas pela Lava Jato são um poderoso alerta. Não há defesa da lei ou da democracia fora do devido processo legal. E isso vale para todos.

Copyright © Clipclap 2026.

Folha de S. Paulo

Influência letal

Constata-se que pregação abjeta de Bolsonaro contra vacina encontrou algum eco

À diferença do que se vê em países onde movimentos antivacina têm raízes históricas mais antigas, como em parte dos EUA, mostra-se incipiente a resistência ao imunizante contra a Covid-19 no Brasil.

Aqui, 170,1 milhões de pessoas —79,18% da população— completaram a vacinação, segundo o consórcio de veículos de imprensa a partir de informações das secretarias estaduais de Saúde.

A despeito da se tratar de uma minoria, é possível notar recortes demográficos entre os mais refratários à imunização no país —brancos, mais ricos e bolsonaristas.

Segundo pesquisa realizada pelo Sou Ciência (Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência), da Unifesp, com 1.200 pessoas de todas as regiões, 41% dos mais ricos (renda superior a seis salários mínimos) afirmam ter recebido apenas uma ou nenhuma dose da vacina. Na população em geral, esse número cai para 21%.

Acima da média geral também estão, de acordo com o estudo, os que têm ensino superior completo (32%), os que se declaram brancos e os homens entrevistados (29% nos dois casos). Percebe-se aqui uma evidente sobreposição entre os grupos que mais apoiam Jair Bolsonaro (PL), ele próprio um dos expoentes antivacina no país.

Entre os eleitores do presidente, 63% afirmaram ter tomado duas, três ou mais doses, ante 90% entre os dispostos a votar em Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Dos que consideram o governo ótimo ou bom e foram infectados pelo coronavírus, 9% recorreram ao famigerado e ineficaz kit Covid propagandeado pelo bolsonarismo. No contingente que considera a gestão ruim ou péssima, a proporção não passa de 0,2%.

A discrepância também ocorre de acordo com a religião. Entre evangélicos que contraíram a doença, 7% usaram o kit; católicos, 1%.

A cultura de vacinação e a ampla cobertura propiciada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) podem ajudar a explicar a relativamente baixa resistência ao imunizante na sociedade brasileira. Ainda assim, notou-se queda recente na adesão.

Constata-se, infelizmente, que a desinformação e o mau exemplo do presidente da República encontraram algum eco no país — ao custo de bem-estar e de vidas.

Valor Econômico

Europa se aproxima da recessão com crise de energia e inflação

BCE terá de se apressar no aperto monetário com a economia desacelerando no segundo semestre

A recessão se aproxima da zona do euro, após uma combinação explosiva de fatores negativos – a perspectiva de drástica redução no fornecimento de energia e a maior inflação desde a criação da moeda única. Os principais bancos centrais do mundo vão continuar a elevar os juros, reduzindo as atividades econômicas, mas o bloco do euro é o candidato mais forte à retração, pois enfrenta agora um choque estrutural de oferta, após a Rússia invadir a Ucrânia e, diante das sanções, usar seu fornecimento de gás, do qual a Europa Ocidental é dependente, como arma política.

Ontem a inflação no bloco monetário bateu novo recorde, atingindo 9,1%, com os preços da alimentação e bebidas alcançando pela primeira vez desde 1999 os dois dígitos (10,5%). O núcleo da inflação, que exclui energia e alimentos, subiu de 4% para 4,3%, o que indica disseminação das altas. Investidores e analistas acham que a pressão inflacionária vai piorar e chegar aos 10% ou mais até o fim do ano.

A guerra na Ucrânia fez os preços de commodities agrícolas dispararem, ampliando as pressões inflacionárias, mas o fator determinante para sua difusão, persistência e magnitude é o choque de energia. Os preços subiram muito, recentemente, e recuaram um pouco, mas a proximidade do inverno e a redução contínua do fornecimento do gás russo colocam limite para a baixa das cotações, e quase nenhum para a alta. Na sexta-feira, o preço da energia foi de € 340 por megawatt/hora, ou US$ 550 por barril de petróleo equivalente, uma explosão de custos muito superior à vivida pelo continente europeu durante as duas crises de petróleo dos anos 70 e 80 (FT, ontem).

Copyright © Clipclap 2026.

A energia subiu 38,3% até agosto. Os países europeus conseguiram, com outros fornecedores, especialmente os Estados Unidos, recompor 80% dos estoques necessários para enfrentar o inverno. Mas, em um prenúncio do que está por vir, a Rússia anunciou ontem uma parada total do fluxo pelo gasoduto Nord Stream 1, o principal, por 3 dias. O abastecimento de gás russo tornou-se absolutamente inseguro e não estará disponível quando os europeus mais precisarem dele.

O Banco Central Europeu está diante de difíceis problemas. Um deles é que o preço da energia influi em todos os demais da economia, e a política monetária não tem meios para reverter seus efeitos, decorrentes de disputas geopolíticas que podem se tornar permanentes. O outro é que a inflação está alta demais, mesmo em relação aos EUA (8,5%) e o BCE mal iniciou seu aperto monetário. No fim de julho, fez seu primeiro aumento de juros desde 2011, de 0,5 ponto percentual, levando-os a 0 por cento. As injeções de liquidez para apoiar a economia após a pandemia mal terminaram e ainda há programas de apoio monetário em curso.

Assim, o BCE terá de se apressar no aperto monetário com a economia desacelerando no segundo semestre e rumando para uma recessão moderada, se tudo sair como está previsto. A força inflacionária impedirá que o banco adote uma instância suave diante dos sinais de fraqueza da economia, como recomenda o manual. No segundo trimestre, o PIB da zona do euro cresceu 0,7%, ou 3,9% em 12 meses, mas esse provavelmente foi o melhor resultado do ano.

Os sinais duros vindos do Fed americano, mais avançado no ciclo de alta de juros (de 2,25% a 2,5%), complicam a tarefa de seu congênere do outro lado do Atlântico. O dólar exibe a maior valorização em 20 anos, o que encarece produtos importados pela Europa e traz pressão inflacionária adicional. Ante uma cesta de moedas, a moeda americana subiu 14% no ano. Completa agora um trimestre de altas, levando o euro a recorde de baixa (-6,6% só no período) e a desvalorizações do franco suíço (-7,7%) e da libra (-7,4%).

Com o vigor do dólar e o diferencial de juros favorável aos EUA, os títulos soberanos dos países europeus estão sendo vendidos em massa por investidores, elevando seus juros. Os papéis da Itália pagam 3,93% agora, e o da Alemanha, 1,58%, maior taxa em 20 anos.

Há mais fatores desestabilizadores em potencial. Diante da perspectiva de escassez a ser agravada pela sazonalidade, teme-se que países exportadores de energia priorizem o abastecimento interno e restrinjam a exportação, como fez a Noruega. Ou ainda que a alta dos preços da energia já incorridas levem as empresas a interromper a produção, por considerarem que é impossível repassar todo esse custo para os preços, como começou a ocorrer na Alemanha.

Correio Braziliense

Censo mostrará a cara do Brasil

Dados coletados permitirão ajustes nas políticas de Estado para superação dos danos causados pela pandemia da Covid-19, até agora, responsável por quase 700 mil óbitos

O Censo 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciado em 1º de agosto, entrevistou, até ontem, 61,4 milhões de brasileiros em 452.246 localidades do país. No Distrito Federal, os recenseadores estiveram em 5.184 locais; em Minas Gerais, em 50.600. Em São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, foram aplicados 102.408 questionários. No total, serão visitados 452.246 setores urbanos e rurais, 5.897 quilombos, 632 territórios indígenas, 11.400 aglomerados subnormais (ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia, sem infraestrutura) e 5.494 grupamentos indígenas.

Apesar de todos os apelos e recomendação da Justiça, o público LGBTQIA + não será contemplado pelo estudo. O IBGE recorreu de decisão judicial, alegando que não haveria como inserir questões sobre orientação sexual no questionário elaborado. Para os líderes do movimento LGBT , a exclusão compromete a formulação de políticas públicas para esse segmento da sociedade, que, como os negros e as mulheres, tem sido vítima da violência, do preconceito e da discriminação.

O Censo 2022 não significa apenas uma contagem de pessoas que vivem no Brasil. Revelará onde e como vivem, a renda individual e familiar, grau de escolaridade, saúde, identidade étnica-racial, registro civil, taxa de mortalidade, tipo e qualidade das moradias, infraestrutura disponível nas localidades entre outros dados. O conjunto dessas informações mostrará quais as principais carências da população e apontará indicadores necessários à construção de políticas públicas tanto pelo governo federal, quanto pelos executivos estaduais e municipais. Norteará também os legislativos federal, estaduais e municipais à formulação de marcos legais.

Copyright © Clipclap 2026.

Os dados coletados permitirão ajustes nas políticas de Estado para superação dos danos causados pela pandemia da covid-19, até agora, responsável por quase 700 mil óbitos. Dará à União condições de rever a transferência de recursos federais para estados e municípios, a fim de fortalecer os orçamentos públicos, bem como os meios para a manutenção do Bolsa Família e outros programas sociais. Apontará também quais as necessidades de investimento em saúde, educação, habitação, transporte, energia, programas de assistência a crianças, jovens e idosos, levando em conta os diferentes cenários existentes em um Brasil pleno de diversidade.

Os brasileiros são obrigados a responder às indagações do censo. A negação implica sanções como prevê a Lei Federal 5.878/1973. Não fornecer as informações solicitadas, após um prazo de sete dias, é considerado uma recusa, passível de multa e sanções judiciais descritas na Lei 5.534/1968. Embora a pesquisa seja fundamental para dar aos governantes um retrato da realidade do país, nos últimos 30 dias, pelo menos 6.500 recenseadores desistiram do trabalho, devido às hostilidades das pessoas.

Indiscutível que faltou uma ampla divulgação do estudo para que a maioria da população, senão todos brasileiros, compreendesse a importância da pesquisa que ocorre a cada 10 anos. Porém, ante o elevado nível de violência urbana e rural, há muitos brasileiros que temem ser vítimas de um golpe ou de uma agressão. Mas ainda há tempo de acolher com respeito esses trabalhadores, essenciais ao mapeamento da realidade nacional.

https://cidadania23.org.br/2022/09/01/imprensa-hoje-42/

Veículo: Online -> Portal -> Portal Cidadania 23

Copyright © Clipclap 2026.